

<b>Título do capítulo</b>	INTRODUÇÃO – UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
<b>Autores(as)</b>	Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira Fernando César de Macedo
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/introducao">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/introducao</a>

<b>Título do livro</b>	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
<b>Organizadores(as)</b>	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2022
<b>Edição</b>	1ª
<b>ISBN</b>	978-65-5635-030-1
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## INTRODUÇÃO

# UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Aristides Monteiro Neto<sup>1</sup>  
Danilo Jorge Vieira<sup>2</sup>  
Fernando César de Macedo<sup>3</sup>

Os artigos que compõem este livro resultam da parceria entre o Ipea e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional (SDRU/MDR), na forma de uma chamada pública lançada em fins de 2019, para que pesquisadores nacionais em diversas áreas do conhecimento contribuíssem para uma reflexão sobre o papel e a influência das instituições de ensino e pesquisa de nível superior no desenvolvimento regional brasileiro.

Algumas das principais motivações para a realização dessa chamada de artigos sobre o tema das instituições de ensino superior (IES) no Brasil têm a ver, de um lado, com a percepção de que a política regional prevaiente no país ainda precisa encontrar-se com a diversidade de ativos culturais, ambientais, políticos e econômicos do vasto território nacional; de outro, a necessidade de reinvenção das estratégias e dos objetivos programáticos em prol de uma reorientação indutora de um maior papel para o conhecimento, em geral, e para a ciência, em particular, na transformação do atual modelo ou estilo de desenvolvimento em outro que finque raízes nos ativos presentes do território e seja, ao mesmo tempo, potencializador do valor agregado econômico, ambientalmente sustentável e socialmente menos desigual.

Várias dessas preocupações têm estado presentes em ações e documentos de política do governo federal e em instituições acadêmicas e de pesquisa, constituindo um terreno para as mudanças desejadas. Do mesmo modo, o substrato de conhecimento para tal mudança – as instituições de ensino e pesquisa – já se encontra amplamente disponível no país, podendo ser mobilizado para a configuração de uma nova política nacional de desenvolvimento regional.

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e professor do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento desta instituição. *E-mail*: <aristides.monteiro@ipea.gov.br>.

2. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea. *E-mail*: <danilojorgevieira@gmail.com>.

3. Pesquisador do PNPD/Dirur/Ipea. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (Cede). *E-mail*: <fcmacedo@unicamp.br>.

Algumas referências factuais, a seguir comentadas, nos estimularam a propor esta chamada nacional de estudos sobre as IES e indicam que essa chamada pública foi o desdobramento de uma sequência de eventos que, em períodos das últimas duas décadas, colocaram a ideia de desenvolvimento em alinhamento com a política regional brasileira no centro de suas preocupações.

A primeira foi a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) em 2013 pelo antigo Ministério da Integração Nacional (MI), atual MDR. Esta motivou, entre tantos objetivos, a realização do processo conferencial de crítica frequente às políticas regionais no Brasil, em que elas, em geral, apresentam uma orientação programática com pouca participação da população envolvida e, na direção contrária, com forte envolvimento de atores empresariais e políticos. Ademais, o ambiente de implementação da política tem sido pouco permeável a discussões públicas, caracterizado pelo centralismo decisório e com instrumentos e recursos tradicionalmente dirigidos para poucos beneficiários. No jargão da literatura de políticas públicas, esta é uma política do tipo *top-down*, isto é, com orientação para sua execução de cima para baixo.

Algumas mudanças foram introduzidas nas décadas recentes, relacionadas à incorporação da escala microrregional na tipologia de territórios preferenciais de atuação da política. Esta foi uma inovação da proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em 2007. As microrregiões geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram tomadas como referência para a leitura do território como um esforço de entendimento e atuação mais aproximado das realidades locais. Embora, inicialmente, o esforço da política tenha se dirigido para utilizar os municípios como escala privilegiada de atuação, as dificuldades de operacionalização levaram a recuos no uso desta escala territorial: a intensa experiência de criação, desmembramento e fusão de novos municípios durante toda a década de 1990 (após a Constituição Federal de 1988 – CF/1988) passou a colocar empecilhos para a comparação e o rastreamento de sua situação econômica e populacional; a microrregião, que não sofreu alteração numérica, se apresentou como recurso facilitador do recorte tipológico necessário para a atuação da política.

Em outra via desse esforço, foram incorporados mais amplamente à PNDR pequenos produtores da agricultura familiar necessitados de crédito em pequena escala para sua atividade produtiva. Tais atores passaram a ser contemplados por recursos facilitados dos fundos constitucionais de financiamento (FCFs) nas três grandes regiões-alvo da política, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A despeito dos avanços realizados, a questão substantiva permaneceu pouco atacada. A PNDR ainda não havia construído uma nova forma de operacionalização do tipo de baixo para cima (*bottom-up*), ou ainda um padrão de transição entre a

versão *top-down* e a *bottom-up*, em que os recursos tivessem mais amplo acesso por parte de grande espectro de territórios beneficiários. A realização da I CNDR, no primeiro semestre de 2013, precedida por conferências estaduais e regionais no ano anterior, teve como um dos objetivos a aproximação com a sociedade civil, as classes produtoras, os acadêmicos, entre outros.<sup>4</sup> Buscou, portanto, aumentar sua inserção no território pelo trabalho de reconhecimento e validação de propostas e demandas de amplos grupos econômicos e sociais participantes. Neste novo ambiente proposto para a PNDR, deveriam ter papel destacado como atores políticos do desenvolvimento regional, entre outros representativos, os consórcios públicos, os comitês e as agências de bacia hidrográfica, os arranjos produtivos locais (APLs) e os territórios da cidadania (Diálogos setoriais, 2012).

Colocou-se como relevante no debate sobre a aproximação da PNDR com novos atores e novas agendas de compromissos a necessidade de reconhecimento das potencialidades e fragilidades dos diversos territórios do país, esforço que deveria ser capaz de mobilizar os fatores de conhecimento neles existentes. Daí a relevância das IES públicas, privadas e comunitárias como um aporte para, de um lado, oferecer formação, treinamento e capacitação de mão de obra e, de outro, incentivar os esforços de pesquisa tecnológica ligados às necessidades reveladas pelo território em relevo.

A segunda referência motivadora deste projeto das IES foi, sem dúvida, a experiência do Ipea, no início dos anos 2010, de realização de um amplo debate multidisciplinar sobre o desenvolvimento brasileiro por meio da II Conferência de Desenvolvimento (Code). Preocupado com necessidade de estimular e fomentar o debate interdisciplinar sobre o tema das políticas públicas e o desenvolvimento brasileiro, o Ipea, em 2011, abriu uma chamada pública de trabalhos acadêmicos em parceria com onze associações nacionais de pós-graduação em ciências humanas, conforme a seguir descrito.

- 1) Associação Brasileira de Antropologia (ABA).
- 2) Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).
- 3) Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).
- 4) Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

---

4. Conforme avaliação de Amparo (2014, p. 191), "a CNDR foi, sem dúvida, um grande esforço político, organizacional e financeiro empreendido pelo MI, por sua SDR, com vistas a legitimar a PNDR II por intermédio da concertação federativa e social. Foi elaborado um documento de referência em orientação às discussões e deliberações que teriam lugar ao longo do processo conferencial. Um amplo debate de âmbito nacional foi instaurado, com a realização de 27 etapas estaduais e 5 etapas macrorregionais, que reuniram cerca de 10 mil participantes de sociedade civil, empresariado, setor público e instituições de ensino superior, pesquisa e extensão. A plenária nacional, ocorrida em março de 2013, em Brasília, teve a participação de 354 delegados e cerca de 2,4 mil participantes, tendo sido aprovados 21 princípios e 95 diretrizes".

- 5) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).
- 6) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).
- 7) Associação Nacional de História (Anpuh).
- 8) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).
- 9) Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi);
- 10) Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).
- 11) Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A ideia da chamada de artigos era a de estimular a produção acadêmica nacional sobre questões emergentes do desenvolvimento nacional, entre elas as relacionadas às dinâmicas socioeconômicas territoriais ou regionais. Em particular, criar um ambiente fértil e aberto para as discussões sobre a diversidade das realidades territoriais brasileiras, ao mesmo tempo em que proporcionaria a divulgação de importantes contribuições sobre desenho, implementação e avaliações de políticas públicas nos três níveis de governo, tal como percebidas e realizadas pelos pesquisadores nos centros de ensino e pesquisa públicos e privados do país.

A referida chamada pública recebeu, na primeira etapa, cerca de 750 trabalhos para avaliação de mérito, conteúdo e adequação aos propósitos do certame. A seleção – realizada conjuntamente por pareceristas das associações acadêmicas e pesquisadores do Ipea – elegeu 273 artigos para comporem o chamado I Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas. Os estudos cobriram um leque bastante variado de análises e interpretações do desenvolvimento político, social, ambiental, econômico, institucional em recortes territoriais que foram do nacional ao macrorregional, estadual, mesorregional, metropolitano e municipal. Participaram mais de 350 pesquisadores de 88 instituições nacionais, com predomínio das ligadas ao ensino e à pesquisa, isto é, universidades federais, estaduais, municipais públicas, comunitárias e privadas, institutos federais de ensino, ministérios do Executivo federal, órgãos federais (como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz) e institutos estaduais de planejamento (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece-CE e Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – Idesp-PA).

A representação regional foi sem dúvida garantida pela presença de universidades e institutos federais de regiões e estados com tradição relativamente recente de pesquisa acadêmica, por exemplo, no:

- Norte, a Universidade Federal do Acre (Ufac), a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa);
- Nordeste, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Estadual do Ceará (Uece), a Universidade Federal do Ceará – *campus* Sobral (UFC-Sobral), a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Sudeste, a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec-SP), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes);
- Sul, a Universidade do Contestado em Santa Catarina (UnC), a Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); e
- Centro-Oeste, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), entre outras.

As instituições maiores e mais consolidadas também contribuíram largamente no envio de trabalhos: Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), UFC, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Unicamp, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), PUC de São Paulo (PUC-SP), PUC do Rio Grande do Sul (PUC-RS), PUC de Goiás (PUC-GO), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e UFPB.

No conjunto das onze áreas temáticas de discussões acadêmicas, em particular, duas delas foram mais representativas dos assuntos ligados ao desenvolvimento territorial, embora esta dimensão do desenvolvimento não tenha sido exclusiva das duas áreas, pois também a sociologia, a antropologia e a ciência política se

debruçaram sobre o assunto: desenvolvimento e espaço, conduzida pela Anpur, em que foram apresentados e discutidos 54 artigos; e desenvolvimento econômico, conduzida pela Anpec, que teve 37 artigos debatidos.

Entre os temas constantes dos artigos, os quais revelam o leque de preocupações dos pesquisadores, pode-se constatar, a seguir, aqueles que foram por nós agrupados em temas gerais.

- 1) Políticas públicas: avaliação de capacidades institucionais de municípios; avaliação de políticas públicas em projetos de fruticultura irrigada; políticas públicas de integração física da Amazônia; perímetros públicos de irrigação no Nordeste; projetos de fruticultura no Pronaf em Pelotas-RS; e tecnologia da informação e comunicação (TIC) nas políticas de acesso à informação pública na América Latina.
- 2) Economia política do território: geopolítica do território; geografia do voto; contradições do desenvolvimento na Amazônia; APLs; dinâmica da agricultura familiar; e economia solidária.
- 3) Dinâmicas territoriais recentes: transformações urbanas e ambientais na grande São Paulo; a questão regional e o complexo portuário-industrial de Suape, em Pernambuco; complexo da indústria do alumínio na Amazônia; e mudanças na estrutura produtiva do Maranhão.
- 4) Desenvolvimento e desigualdade: determinantes no crescimento econômico das regiões; desigualdades de renda nas macrorregiões brasileiras; educação e queda das desigualdades da renda salarial no Brasil; perfil de famílias artesãs em municípios de Pernambuco; e desenvolvimento rural e cooperativismo.

Os quatro agrupamentos não esgotam os temas apresentados e discutidos neste estudo. São apenas uma referência para a compreensão de que a expansão do parque de instituições de ensino e pesquisa no país, com a representatividade regional conquistada, deve ser considerada um elemento de grande valor para a multiplicação do potencial de desenvolvimento do território nacional.

Em conjunto, as duas referências factuais comentadas apontam para a latência do potencial desejável para as IES na transformação do território em que estão inseridas. De um lado, em função das cobranças que se fazem à política regional brasileira para se abrir mais para a atuação multiescalar, esta ainda se ressentida de uma visão mais alentada sobre como estimular estes equipamentos públicos de conhecimento para a tarefa do desenvolvimento regional. De outro lado, as IES demonstram possuir capacidade de reflexão sobre os desafios brasileiros já bastante

desenvolvida, podendo assim, a partir de políticas estruturadas, virem, entre outras funções, a se tornar elementos de florescimento do território.

Diante desse histórico, o objetivo, plenamente atingido do edital que originou este livro, era que pesquisadores e acadêmicos das universidades brasileiras apresentassem textos sobre o papel e a contribuição das IES para o desenvolvimento brasileiro, com particular destaque para sua relação com a dinâmica regional e urbana do país. Buscou-se, com a chamada, levantar pesquisas e análises de experiências que viessem a contribuir para a reflexão e o entendimento sobre os impactos territoriais da expansão da educação terciária no país, especialmente sobre sua interiorização e as novas dinâmicas que este processo gerou.

Um total de 195 pesquisadores de 65 diferentes instituições, sendo duas estrangeiras, apresentou resumos expandidos com sugestões de artigos, a partir de suas pesquisas. Nesse conjunto, 21 Unidades Federativas (UFs), de todas as regiões, estavam representadas nas propostas iniciais. Todas meritórias e qualificadas, mas apenas 21 foram selecionadas inicialmente, das quais dezessete estão publicadas neste livro.

Aspecto importante a sublinhar diz respeito à formação diversificada dos proponentes, oriundos da administração, ciência política, demografia, economia, geografia, história, pedagogia, sociologia e outras áreas. Atesta-se, com isso, como a temática espacial não pode ser tratada exclusivamente por uma única área do conhecimento, fato, aliás, já observado por diversos autores, desde os pioneiros trabalhos da chamada *Regional Science*. Articular os grupos de pesquisa, no entanto, persiste como uma tarefa a ser realizada, pois a prática corrente ainda não é a da multidisciplinaridade, embora, consensualmente, reconheça-se sua importância no avanço dos estudos e na formulação das políticas territoriais.

Essa riqueza se expressou também em diversidade teórica e metodológica nas abordagens realizadas, algumas não convergentes. Não obstante, acredita-se na importância do registro desses estudos, porque, dessa diversidade, é possível identificar alternativas para definir caminhos para discussão – e concretização – da desafiadora interação universidade-território e para a definição de proposições de políticas públicas, um campo sempre em disputa.

A abrangência temática das propostas apresentadas e selecionadas, o grande número de pesquisadores e de instituições regionalmente diversificadas envolvidas e a multiplicidade de áreas de pesquisa atestam a existência de um conjunto de reflexões alinhadas ao esforço de pensar e formular políticas regionais que fujam à visão tradicional – ainda muito presente – de tratá-las, primordialmente, como atração de investimentos. Nessa concepção, os lugares são meramente plataformas passivas para receberem os aportes de recursos que, muitas vezes, não respeitam as especificidades locais e, portanto, não as valorizam como indutores ativos do desenvolvimento local.



Embora seja essa uma questão importante para a integração econômica e territorial do país, desafio ainda inconcluso, como os indicadores das disparidades regionais em suas diversas dimensões atestam e que a crise atual aprofunda, a problemática de nossas políticas deve contemplar a diversidade regional brasileira como fator para consecução da equidade espacial, condição amplamente fundamentada e defendida nos documentos que embasam a PNDR.

E ninguém conhece melhor as múltiplas, contraditórias e ricas realidades locais deste país continental do que aquelas classes sociais, instituições e empresas que formam a base produtiva que compõe nosso rico mosaico da diversidade regional.

Nesse grupo, como se atestará ao longo desta obra, as IES, por sua própria estruturação no tripé ensino, pesquisa e extensão, que dão forma à sua missão elementar, e pela capilaridade que ganharam neste século XXI, têm muito a contribuir no processo de superação de nossas disparidades urbano-regionais e de aproveitamento dos fatores locais como força motriz do desenvolvimento. Fatores raramente aproveitados e que, comumente, são desvalorizados pelas visões que tratam o desenvolvimento como possível de ser replicado por exitosas experiências observadas alhures, sem as devidas mediações e observâncias das particularidades de cada região ou sub-região e que se refletem, com frequência, nas políticas públicas sobre o território.

Os capítulos deste livro buscam justamente identificar, sob diferentes aspectos, a relação entre as atividades de ensino superior e o desenvolvimento regional, com particular destaque para o Brasil e suas especificidades. Embora esta seja uma temática teorizada mais sistematicamente em tempos recentes, como indicado no capítulo 1, parece haver relativo consenso de que as IES podem ser vetores importantes de dinamismo de regiões subnacionais, desde que estabeleçam vínculos com os territórios que as abrigam, condição para atuar na transformação das estruturas locais. Ou seja, não basta apenas estar em uma região, é preciso também atuar com e sobre a região, de forma articulada a um projeto nacional que respeite as diferenças locais.

A tarefa não é simples, especialmente em uma economia subdesenvolvida, com dificuldades de ampliação do financiamento de políticas públicas abrangentes e inclusivas; em que a disputa em torno dos fundos públicos é fonte de tensão federativa constante, em termos inter e intragovernamentais, e entre os distintos grupos e classes sociais com seus diferentes projetos, nem sempre conciliáveis entre si. Problema que se agrava em contextos de crise.

Como se observará em alguns textos desta obra, os efeitos benfazejos da expansão pública da educação terciária são sensíveis aos ciclos econômicos. Com a crise pós-2014, observa-se arrefecimento (e até regressão) dos estímulos derivados da expansão do ensino superior, que vinha ocorrendo de forma contínua

desde o fim do século passado. O quadro de recessão amplia os desafios para a constituição de políticas interativas entre sociedade-universidade-território.

Diversos artigos nesta coletânea mostram que não basta uma IES estar localizada em uma região determinada para promover seu desenvolvimento. É verdade que a instalação de uma IES impulsiona a economia local pela ampliação dos gastos diretos, pela ativação do mercado de trabalho, pela qualificação da força de trabalho e pelo estímulo ao mercado urbano. É preciso, não obstante, estabelecer vínculos relacionais duradouros entre universidade e sociedade local, de tal forma que ambas se reconheçam, mutuamente, como parte de uma mesma totalidade e congreguem esforços conjuntos para a transformação regional. Há, nesse sentido, um longo percurso a se fazer para a construção de sinergias entre IES e região; sinergias promotoras de transformações territoriais inclusivas e fiadoras de um padrão de desenvolvimento com justiça espacial.

Essa é uma tarefa particularmente difícil, especialmente quando a instituição de ensino se encontra fora de áreas metropolitanas, em lugares menos adensados econômica e demograficamente, como ocorre com uma gama significativa de IES instaladas no interior brasileiro neste século. O tamanho continental do país e as heterogeneidades regionais ampliam essa dificuldade, conforme alguns pontos a seguir.

- 1) Nessas áreas é muito mais difícil estabelecer parcerias e obter fontes externas de financiamento para pesquisas que atuem sobre a base produtiva local e alcancem soluções para problemas concretos da região. Isso significa que a política pública tem de ser muito mais atuante nelas, com linhas discricionárias de financiamento, com claro recorte territorial.
- 2) A chegada da IES, com um quadro docente formado por professores com elevada qualificação, pode ser vista com reserva por parte da população, assim como um ponto de ruptura com o modo de vida local. Dar-se-ia um estranhamento pela chegada do novo, do desconhecido, que, no entanto, tenderia a se diluir com o tempo. Mas é sempre um obstáculo inicial para a articulação de esforços conjuntos.
- 3) A universidade, como a própria etimologia da palavra aponta, é concebida para pensar as questões universais, que nem sempre são facilmente adaptadas ou decodificadas às realidades locais muito específicas, especialmente em contexto de grande diversidade regional como ocorre no país.
- 4) Os professores formados em centros metropolitanos ou nas capitais estaduais, com frequência, pouco se identificam com o modo de vida das regiões interioranas, dificultando a inserção na rotina e no ambiente sociocultural daquela comunidade, bem como o estabelecimento de laços que fortaleçam projetos de longo prazo.

Esse quadro indica que a presença de uma universidade em um dado lugar é um fator importante para o seu impulso socioeconômico, mas não é condição suficiente para tal. Os capítulos subsequentes deste livro visam, portanto, aprofundar o debate sobre os desafios e os potenciais relacionados à interação universidade-território, assim como buscam contribuir para reflexões capazes de levar a novas proposições de políticas públicas que valorizem a diversidade regional, os ativos locais e o conhecimento científico como elementos importantes para o desenvolvimento do país.

O livro encontra-se estruturado em cinco seções, além desta introdução e da conclusão. Mas cabe uma advertência importante: os capítulos foram divididos por eixos temáticos inter-relacionados que, de forma alguma, esgotam o assunto. O leitor observará que há trabalhos que caberiam em mais de uma das seções. Isso indica a conexão entre os temas pesquisados, além de certo grau de arbitrariedade na distribuição dos capítulos.

Quatro capítulos compõem a parte 1, intitulada *Ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil: o papel das políticas públicas*. Nela, procura-se situar os marcos gerais da expansão da educação terciária no país neste início do século XXI, a partir dos resultados das políticas públicas e dos impactos da conjuntura econômica em diferentes fases.

O capítulo 1, *Crescimento e configuração regional do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI*, de autoria de Danilo Jorge Vieira e Fernando Cezar de Macedo, traça a evolução do ensino superior do país nos anos recentes, levando em consideração as políticas públicas implementadas ao longo do período e dos impactos da conjuntura econômica sobre o quadro geral brasileiro, com especial ênfase nos impactos sobre a dinâmica regional. Os autores, a partir da revisão da literatura internacional, sintetizam as principais interpretações teóricas sobre o papel das IES no desenvolvimento regional. Fazem, em seguida, análise que periodiza as diferentes fases e dinâmicas da evolução da educação superior, apontando as especificidades, os avanços e os retrocessos nas diferentes conjunturas econômicas do período.

Os capítulos seguintes apresentam, mais especificamente, algumas das políticas públicas indicadas no texto anterior. O capítulo 2, *Um estudo da política pública do Fies e sua relação com a redução de assimetria na oferta e a interiorização da educação superior brasileira (2010-2014)*, de Cristian de Oliveira Lobo Campos, Adolfo Ignacio Calderón e Joaquim José Soares Neto, discute o financiamento público da educação superior privada através do estudo do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Os autores defendem a ideia de que o programa, a partir de 2012, manteve grande concentração dos contratos em certo número de IES localizadas nas capitais estaduais e com menor efetividade sobre a interiorização do ensino.

No capítulo 3, *Do Enem ao Sisu: cartografia da interiorização do acesso à educação superior no Brasil*, Gustavo Teramatsu e Rafael Straforini apresentam a cartografia resultante desses programas e os apontam como importantes vetores de expansão, democratização e interiorização do acesso à educação superior. Observam ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) contribuíram para a reorganização do território brasileiro, a maior mobilidade geográfica dos estudantes, a redução das diferenciações regionais e, também, consistiram em mecanismos institucionais socialmente incluídos.

Rafael Gonçalves Gumiero, no capítulo 4, *Expansão e interiorização do ensino superior na Universidade Federal da Grande Dourados-MS: uma avaliação do Reuni*, analisa as políticas federais para um nível escolar menor que os trabalhados nos capítulos anteriores. Discute, também, os resultados do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) para a maior inclusão em uma sub-região do Mato Grosso do Sul e o aumento dos movimentos pendulares da população da Grande Dourados ocasionada pela implantação da IES.

A parte 2 do livro – *As interações universidade-território e base produtiva regional* – apresenta relatos de experiências sobre a articulação do conhecimento produzido nas IES com a estrutura socioeconômica local e as possibilidades de intervenção no processo de desenvolvimento regional. Os textos apontam para os limites e as possibilidades dessa articulação das universidades com o território, especialmente com os atores e a estrutura produtiva locais.

O capítulo 5, *Alinhamento entre produção científica e economia local: o caso do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais*, de Paulo Aparecido Tomaz e Bruno Brandão Fischer, analisa o grau de conformidade entre a geração do conhecimento na instituição em questão e a estrutura produtiva da região de sua abrangência. Os autores concluem, com base em análise empírica, que, apesar de existir coerência entre ambas, as interações entre elas ainda são pequenas, o que exige um esforço de articulação universidade-empresa para geração de sinergias que influenciam a trajetória regional.

No capítulo 6, *Universidade e desenvolvimento: o conhecimento como indutor de mudança institucional na região do Pampa*, Ana Alzira Mendez Nunes, Debora Nayar Hoff e João Garibaldi Almeida Viana identificam possíveis processos de mudanças de mentalidade induzidas pela presença da universidade na região indicada e as possíveis transformações institucionais derivadas do desenvolvimento promovido por esses processos.

No capítulo 7, *A política de expansão do ensino superior e técnico no Rio Grande do Sul e suas contribuições para o fortalecimento do sistema de inovação gaúcho*, Iago Luiz da Silva, Ana Lúcia Tatsch e Janaina Ruffoni também estudam uma experiência

gaúcha. Os autores discutem a expansão e interiorização das IES e do ensino no estado em questão e concluem que esse movimento contribuiu para a ampliação da infraestrutura técnico-científica e fortaleceu o sistema inovativo estadual.

No capítulo 8, *Unifesspa no contexto de expansão produtiva do Centro-Norte brasileiro*, Evaldo Gomes Júnior e Fernando Michelotti ampliam a perspectiva do debate sobre a interação universidade-território para além da tradicional vinculação do conhecimento produzido e a base empresarial. Mostram o papel que as IES podem desempenhar na valorização das formas de produção e reprodução da vida de comunidades tradicionais, pensando-as para além das imposições dos mercados. Esse estudo dos autores traz importante demonstração de como é possível aproveitar a diversidade regional pela integração de uma IES com os movimentos locais, por meio da qualificação de quadros, com projetos de valorização da educação básica e formação para o exercício da cidadania que auxiliem na utilização da floresta para a reprodução sustentável de suas formas de vida ancoradas em saberes próprios.

O crescimento da educação terciária no Brasil resultou em novas interações espaciais que afetam as relações inter e intraurbanas das regiões que receberam unidades ou que estão sob influência de alguma das IES instaladas no interior do país. É o que os trabalhos da parte 3 – *Integração regional e rede urbana* – apresentam, a partir de relatos de experiências.

Daniella Reche e Heleniza Ávila Campos, no capítulo 9, *O processo de estruturação socioespacial de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul*, analisam como essa instituição organiza o espaço regional. As autoras buscam compreender, também, o processo de produção do espaço urbano a partir da chegada da IES em pequenas cidades. Uma contribuição importante, porque são justamente as pequenas cidades as menos estudadas na rede urbana brasileira e, portanto, carecem de investigações que lhes expliquem os processos socioespaciais – diferente do que ocorre com as metrópoles e cidades médias que ocupam a quase totalidade dos estudos no país.

O capítulo 10, de Ronie Cleber de Souza, *A expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil e o desenvolvimento regional: o caso de Pau dos Ferros-RN*, mostra que a função de uma cidade na rede urbana não se define por seu porte populacional; depende, fundamentalmente, de sua localização e das interações espaciais que estabelece. Ainda que Pau dos Ferros tenha a população abaixo de 30 mil habitantes, o município apresenta funções que o tornam cidade intermediária com importante alcance espacial que lhe dá destaque na rede urbana do semiárido nordestino. Sua centralidade foi ampliada com a expansão das IES em seu território. O autor apresenta, ainda, o impacto intraurbano dessa expansão, especialmente os efeitos sobre o mercado imobiliário.

O capítulo 11, *Contribuições da expansão das instituições de ensino superior na formação de centralidades e polos de crescimento no Rio Grande do Sul: uma análise do seu alcance espacial*, de autoria de Joseli Andrades Maia e Tânia Marques Strohaecker, com base na teoria e no modelo de Christaller e das contribuições do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, mostra como uma universidade é capaz de polarizar e criar novas centralidades e economias de aglomeração, assim como pode ser vetor de estímulo ao desenvolvimento local e regional.

Outro trabalho que analisa o impacto da expansão da educação terciária no interior do país sobre os pequenos municípios é o capítulo 12, *A interiorização do ensino superior e a mobilidade estudantil reversa nos pequenos municípios*, de Eduardo Nunes Guimarães, Vitorino Alves da Silva, Luiz Bertolucci Júnior, Ester William Ferreira, Henrique Ferreira de Souza e Alanna Santos de Oliveira. Os autores analisam os impactos demográficos e os efeitos socioeconômicos sobre a rede urbana das regiões brasileiras provocados pela referida expansão educacional. A hipótese é a de que o investimento público por trás dela fortalece o papel e a centralidade das pequenas cidades na hierarquia urbana regional e nacional.

A parte 4 do livro, como o próprio título sugere – *Dinâmica espacial da mobilidade estudantil* –, trata dos fluxos espaciais do corpo discente; não apenas do ponto de vista social, ao discutir os resultados das políticas inclusivas, como, também, do ponto de vista espacial, com aumento dos deslocamentos dos estudantes proporcionado pelo acesso ao ensino superior.

O capítulo 13, *Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do Programa Universidade para Todos*, de Renata Pereira Cardoso, Andressa Porto Castro, Gustavo Saraiva Frio e Adelar Fochezatto, faz avaliação do Prouni e das políticas de cotas sobre a decisão de migrar dos estudantes que saem do estado onde cursaram o ensino médio para ingressar na educação superior em outra UF. Os autores alertam para o caráter seletivo da migração que é feita, principalmente, pelos estudantes de maior renda.

Adriana Lucinda de Oliveira, Emerson Jouscoski, Elsi do Rocio Cardoso Alano, Andreia da Silva Temoteo de Oliveira, Daniel de Andrade Junior, Thais Pedrinho de Pontes e Vilma Alves de Almeida apresentam o capítulo 14, *As contribuições da UFPR Setor Litoral trazidas à região litorânea do Paraná a partir da implementação de seus cursos: uma análise sob a perspectiva dos(as) egressos(as)*. Os autores, por meio de questionários aplicados aos egressos e análise da base de informações dos ingressantes, acompanharam a trajetória dos estudantes da UFPR Setor Litoral e concluem que a implantação da universidade ampliou a inserção profissional, promoveu a mobilidade intergeracional e fortaleceu a permanência dos diplomados na região.

Tommaso Lilli, Valesca Daiana Both Ames e Viviane Vidal Pereira dos Santos no capítulo 15, *Interiorização da Universidade Federal do Paraná: mobilidade estudantil e demanda educativa local*, também apresentam um estudo de caso dos resultados da interiorização da UFPR. Analisam a mobilidade estudantil e a mudança ocorrida nos fluxos migratórios dos alunos de graduação em direção aos diversos *campi* da universidade. Concluem que a interiorização não afetou demasiadamente a mobilidade estudantil, pois os vários *campi* da UFPR recebem, majoritariamente, estudantes procedentes da mesma região onde estão situados.

A parte 5 – *Experiências regionais* – apresenta três relatos sobre a relação de novas IES com as dinâmicas de suas regiões. O capítulo 16, *A expansão do sistema nacional de ensino superior na Amazônia: o exemplo da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém-PA*, de Elen Cristina da Silva Pessôa, Izaura Cristina Nunes Pereira Costa e Luiz Gonzaga Feijão da Silva, retrata as experiências de ensino, pesquisa e extensão com as organizações sociais locais. Trata-se de relato importante, especialmente se considerarmos as transformações recentes dessa região e os históricos conflitos sociais que a marcaram.

Com base em análise bibliográfica e documental, Luis Claudio Krajevski, no capítulo 17, *Universidade e desenvolvimento regional: o caso da UFFS – campus Laranjeiras do Sul*, apresenta os resultados da implantação de uma nova IES em município de pequeno porte de uma região economicamente estagnada e aponta os desafios para que a relação da universidade-território possa, de fato, impulsionar o desenvolvimento local, confirmando a necessidade de articulação dos atores em torno de políticas públicas coordenadas.

O capítulo 18, *Expansão das universidades federais e interiorização do desenvolvimento em Minas Gerais*, de autoria de Humberto Martins, Vitorino Alves da Silva, Luiz Bertolucci Júnior, Ester William Ferreira, Alanna Santos de Oliveira, Henrique Ferreira de Souza e Carlos José Diniz, analisa a expansão e a interiorização da educação terciária no estado brasileiro que tem maior número de universidades federais. Os autores verificaram que o investimento da expansão das universidades federais no estado ocorreu em municípios que são menos privilegiados pela dinâmica econômica mineira. Por isso, a expansão verificada pode ter impacto importante na mitigação do quadro socioeconômico sub-regional, a partir da referida articulação que se fez referência no parágrafo anterior.

Acreditamos que esta publicação, ao reunir ampla diversidade de questões sobre a importância, o papel e as funções das atuais IES brasileiras para a transformação dos territórios onde estão instaladas, pode contribuir para a renovação do debate sobre o desenvolvimento regional em bases ligadas ao conhecimento e à capacidade científica e de inovação. Tendo o país explorado exaustivamente ao longo de sua história a via de crescimento pelo uso extensivo de recursos naturais, o seu desafio



presente está cada vez mais na necessidade de operar a mudança estrutural desta vez em direção ao uso intensivo de conhecimento para a criação de valor agregado e para a sustentabilidade ambiental.

Os autores colaboradores deste projeto, ao acreditarem na proposta e destinarem seu tempo e esforço intelectual para nos enviarem seus trabalhos, são os grandes responsáveis pelo êxito da reflexão aqui publicada. Suas experiências e vivências territoriais nas instituições onde atuam, sem dúvida, se expressaram como caldo de saberes sobre sua relevância – amplamente anunciada nos diversos estudos presentes – para o desenvolvimento brasileiro em sentido geral e para a renovação da política regional brasileira em particular. A todos, os nossos imensos agradecimentos.

Este projeto foi possível em virtude da parceria institucional entre o Ipea e o MDR para a realização de estudos e diagnósticos sobre dinâmicas regionais, bem como de apontamentos para o aperfeiçoamento da política regional brasileira. Agradecemos à Adriana Melo Alves e ao João Mendes da Rocha Neto, militantes da política regional e servidores públicos federais da carreira de gestão governamental no atual MDR, a demanda explícita e o estímulo para que levássemos o projeto adiante e ouvíssemos o que o território poderia nos revelar. Esperamos, os organizadores, ter atingido ao menos em parte as expectativas depositadas.

## REFERÊNCIAS

AMPARO, P. P. do. Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. Interações – **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 15, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3lWX48r>>.

DIÁLOGOS SETORIAIS. Participação social e desenvolvimento regional: relatório do *workshop* Brasil-União Europeia. In: *WORKSHOP BRASIL-UNIÃO EUROPEIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA REGIONAL*, 11. nov. 2012, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: Diálogos Setoriais; Brasil; União Europeia, 2012.



